

MEMÓRIA, HISTÓRIA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO. (Políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico)

Almir Félix Batista de Oliveira

Agosto de 2001, uma série de reportagens nos jornais paraibanos dava conta sobre a preservação do patrimônio histórico no estado – quase 15 matérias, um número bastante considerável se levarmos em conta o assunto. Mês de aniversário da cidade de João Pessoa – 05 de agosto, data de fundação pelos portugueses em 1585, parecendo-nos, também, que havia sido escolhido para ser o Mês do Patrimônio.

As matérias eram as mais diversas e iam desde a fundação do Memorial da Arquidiocese da Paraíba – com uma exposição de arte sacra com imagens dos séculos XVIII e XIX – passando por propostas de restauração de imóveis, como a casa do escritor Carlos Dias, em Mamanguape, com o objetivo de ser transformada em um museu – local onde se hospedou Dom Pedro II em 1859 – e a Fazenda Acauã em Aparecida (Alto Sertão Paraibano) que seria transformada em um parque turístico, histórico e cultural – considerada a mais antiga fazenda da Paraíba – recebeu a visita do Frei Caneca e foi residência do escritor Ariano Suassuna, quando criança, indo até a discussão central na época que era sobre o Processo de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa.

Além desses assuntos, um outro chamava-nos a atenção e na leitura do próprio artigo tentávamos entender o que havia sido feito, porém não conseguíamos acreditar. Era um artigo do Jornal Correio da Paraíba, com o seguinte título – em letras garrafais: **GUARABIRA RESTAURA PRAÇA HISTÓRICA**. Guarabira cidade localizada no Brejo Paraibano, através de sua Prefeitura, “restaurava” a Praça João Pessoa no Centro da Cidade. A matéria iniciava da seguinte forma:

Com um público estimado, pela Polícia Militar, em mais de 10 mil pessoas, a Prefeitura de Guarabira inaugurou na Quarta-feira, de 1º as obras de reconstrução da Praça João Pessoa, o mais central e historicamente rico logradouro público da Capital do Brejo.[...]

O antigo logradouro foi totalmente demolido, surgindo, em seu lugar, um projeto arquitetônico moderno, com muitas cores e muito espaço.

A área da praça foi ampliada, já que a prefeitura transformou uma das vias laterais em calçada. A fachada dos prédios contíguos foi restaurada para adequar-se ao conceito paisagístico dominante na concepção da obra pública.¹ (Grifos Nossos).

Em relação ao Centro Histórico de João Pessoa, como afirmado anteriormente, assunto central ou o mais abordado pelos artigos, as matérias versavam que os objetivos buscados no processo de revitalização não haviam sido atingidos. As obras tiveram início em 1987 e ápice com a inauguração, em 1998, da Praça Antenor Navarro. Esse projeto foi possibilitado a partir do convênio firmado entre o Governo da Espanha – e aí é interessante pensar um pouco a participação deste governo, que se dá pelo fato da cidade ter sido fundada no período da União Ibérica, quando a Coroa Portuguesa e a Espanhola estavam sob regência do Rei Espanhol Felipe II, inclusive tendo, por uma de suas designações, **Filipéia de Nossa Senhora das Neves** e, atualmente, fazer parte da política cultural da Espanha investir na Revitalização de algumas cidades fundadas nesse período – o Governo do Brasil, através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, do Governo do Estado da Paraíba e da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Onde, segundo dados oficiais, já foram investidos valores na ordem de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões) de reais, sendo R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e meio) de reais por parte do Governo Espanhol e os outros R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e meio) de reais pelo IPHAN, pelo Governo Estadual e pela Prefeitura.

Quanto ao problema da praça em Guarabira, ficamos nos perguntado: qual seria a concepção de memória/história/patrimônio histórico presente nas políticas de preservação desenvolvidas pelos gestores da Prefeitura daquela cidade? Com atitudes desse tipo, por mais que pareçam insignificantes e que esses gestores tenham por preocupação maior, colocar a cidade no mundo moderno, acreditamos ser a concepção existente/vigente na maioria dos dirigentes de entidades públicas que tomam para si o direito de escrever a história, de tecer a memória e de, portanto, estabelecer o que fica (mesmo que isso não tenha o tombamento como amparo legal) como referencial de determinados períodos e determinados acontecimentos para representação das sociedades, ou até mesmo de todas as classes sociais.

Quanto ao Centro Histórico de João Pessoa, ao nosso ver e como reclamam principalmente os comerciantes e os agentes de turismo – deve-se, inclusive, registrar que foi, na época, realizada uma Sessão Especial na Assembléia Legislativa, para a qual foram convidadas várias entidades que discutem a problemática da preservação/conservação do patrimônio histórico, tais como: a Associação Nacional de História – ANPUH-PB, o IPHAN, o próprio Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP, a Comissão de Desenvolvimento e Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, a Prefeitura Municipal, o Governo Estadual, a ACHERVO (Associação Centro Histórico Vivo), o Serviço Brasileiro de Apoio a Pequena e Micro-Empresa – SEBRAE, entre outras entidades, cujo objetivo era promover a discussão a respeito do

processo de revitalização do Centro Histórico, baseados em um documento formulado e onde constavam uma pauta de reivindicações, por um grupo de entidades preocupadas com o funcionamento do Centro Histórico – e apesar da orientação dada por especialistas, os engenheiros e arquitetos responsáveis pelo projeto, faltou algo muito importante no processo de revitalização, a participação da sociedade, a participação, inclusive, dos próprios interessados no assunto, os moradores, os comerciantes, entre outros.

A memória utilizada como pano de fundo foi a memória que sempre prevaleceu nos processos de preservação/conservação do nosso patrimônio histórico, uma memória unitária/centralizadora cujo objetivo foi privilegiar, amparado pelo “mecenato” espanhol, um grande acontecimento, a fundação/construção da cidade por uma elite branca/católica/culta sem a participação de mais ninguém.

Esta Dissertação de Mestrado, parte integrante do conjunto de atividades a serem desenvolvidas para a obtenção do Grau de Mestre e que se insere na linha de Teoria e Metodologia da História, objetiva analisar uma área ainda pouco estudada no âmbito da Paraíba, e de mínima produção acadêmica nas pós-graduações em História (apesar de serem encontrados muitos estudos produzidos na Arquitetura): a intervenção estatal na produção/preservação/conservação do patrimônio histórico.

Procura-se, assim, produzir uma análise interdisciplinar, interligando áreas de conhecimento tradicionalmente desarticuladas, utilizando-se dos fundamentos da administração pública no diálogo com o conhecimento histórico para contribuir com um conhecimento novo, que sugerirá respostas sobre os caminhos percorridos e os novos a seguir pelas Políticas Públicas em relação à produção de memória e produção/preservação do patrimônio histórico e cultural no Estado da Paraíba.

O papel desempenhado pelo IPHAEP, no que tange à produção/preservação/conservação de um Patrimônio Histórico e Artístico, no Estado da Paraíba, é algo carente de análise.

Tentar entender o papel que o mesmo desenvolveu e continua desenvolvendo, como articulador entre uma concepção de memória – que este tenta mostrar, ao olhar cotidiano, como uniforme, homogênea, natural e espontânea (porém ao olhar mais atento, ou ao olhar do especialista, uma construção forjada na disputa e conseguida através dos silenciamentos de outras

memórias) – uma história – decorrente dessa concepção de memória – e a construção de um patrimônio histórico e artístico – tido como fruto e revelador dessa memória – foi buscado.

Levantar questionamentos e obter respostas a respeito da **concepção de memória** predominante no IPHAEP, determinadora da produção de um patrimônio; observar a possibilidade de **alterações nas concepções de memória**, na forma de condução e gestão do Instituto, principalmente quando levamos em consideração **o papel desenvolvido**, ao longo do tempo, pela **sociedade civil**, na tentativa de também determinar o que deve ser considerado patrimônio.

Perguntar-se sobre qual a **concepção de história** do Instituto, criadora de uma identidade e de uma significação, é de fundamental importância para se conhecer a produção/preservação/conservação do patrimônio histórico criado e construído por este órgão.

Questionar sobre a finalidade desta **produção/preservação/conservação como fomentadora de uma cidadania**, procurando observar a existência ou não, de uma articulação entre a concepção de memória como algo provido de um sentido social, portanto coletivo, não excludente, norteador de ações que visam ao desenvolvimento igualitário e de uma tomada de consciência crítica sobre o passado, e a construção de um patrimônio decorrente dessa concepção, são questões a serem discutidas neste trabalho.

Uma outra questão, não menos importante e bastante interessante, é tentar compreender a tardia preocupação, na Paraíba, em relação à produção/preservação/conservação do Patrimônio Histórico.

No Capítulo I, iremos encontrar uma sistematização a partir dos trabalhos de autores como Pierre Nora, Jacques Le Goff, Marc Ferro, Michel Pollack, Eric Hobsbawm, entre outros, sobre as concepções de memória, sua relação com a história, o papel desempenhado por determinados tipos de história, a necessidade de construção de lugares de memória, a possibilidade da pluralidade na produção da memória, da história e da produção desses lugares.

No Capítulo II, encontraremos discussões que perpassam por questões como o porquê do preservar, para quem preservar, o direito à memória, ao passado e, portanto, ao patrimônio como fomentador da cidadania, definições de cidadania – já que este é um conceito fundamental na nossa concepção de patrimônio histórico, a função pedagógica do patrimônio, o desenrolar das políticas de preservação adotadas no Brasil – com a criação do IPHAN em 1936 e o

Decreto-Lei 25 de 30 de novembro de 1937, finalizando com a possibilidade de atuação, por parte dos Estados da Federação, na política de preservação dos seus patrimônios.

O Capítulo III é dedicado ao estudo do IPHAEP – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba, criado pelo Decreto 5.255 de 31 de março de 1971, que tem a finalidade de:

(...) preservar os bens culturais do Estado que não se encontram sob proteção e guarda do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, compreendidos os seguintes: histórico, artístico, folclórico, florístico e arqueológico.ⁱⁱ

Análise das Atas do Conselho Consultivo, hoje, – Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais – CONPEC, de documentação concernente ao funcionamento administrativo do IPHAEP (Decreto n.º 14.569), a Legislação regulamentadora da ação (o próprio Decreto 5.255, Decreto 7.651, Decreto 7.819, Decreto 9.483, a Lei 5.357, entre outros), os Processos de Tombamento, os registros da Divisão de Cadastramento e Tombamento, os Livros de Tombo do Instituto, matérias em Jornais – principalmente no “A União” (entre o período de junho de 1998 a julho 1999, foram lançados no Caderno de Cultura, todos os domingos, em decorrência de um convênio firmado entre o Jornal e o IPHAEP, descrições de bens tombados), entre outros documentos por nós arregimentados para análise e conhecimento do órgão na tentativa de explicitação de suas políticas e de sua concepção de memória/história e patrimônio histórico.

Esperamos, após esse trabalho, ter podido contribuir com a historiografia paraibana, no tocante à discussão a respeito de ser o IPHAEP um lugar construtor de memória e história, como também contribuímos no tocante à proteção do patrimônio histórico paraibano, discutindo o papel desempenhado pelo IPHAEP na construção de lugares de memória e no seu papel de lugar de memória.

ⁱ Jornal Correio da Paraíba – Sábado, 04 de agosto de 2001.

ⁱⁱ Decreto-Lei n.º 5.255 de 31 de março de 1971, publicado no Diário Oficial do Estado em 01 de abril de 1971.